

## CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NA REVISTA BRASIL JOVEM (1966-1978)

Ana Paula Tatagiba  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ  
[aptatagiba@yahoo.com.br](mailto:aptatagiba@yahoo.com.br)

### RESUMO:

A Revista *Brasil Jovem*, produzida pela Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor entre 1966 e 1978, foi criada para divulgar não só o ideário-base para a atuação com os “menores carentes” e adolescentes “infratores” como também as visões correntes sobre a educação da infância em geral. A partir do estudo das 42 edições da revista, o objetivo deste trabalho é analisar as abordagens presentes nos artigos sobre o atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade. Tal análise, por certo, oportunizará a compreensão da origem dos preconceitos que ainda hoje dificultam a afirmação da Educação Infantil tanto como um segmento do sistema educacional quanto como política pública relevante e que deve estar disponível para todas as famílias brasileiras.

**Palavras-chave:** infância; educação; creche; pré-escola

## CONCEPTIONS OF CHILD EDUCATION IN THE JOURNAL “YOUNG BRAZIL” (1966-1978)

### ABSTRACT:

The Journal “Young Brazil”, produced by the Brazilian National Foundation of Child Welfare between 1966 and 1978, was created to spread not only the fundamental set of political, social and economic ideas for the rational acting with “needy underage youngsters” and “juvenile law offenders”, but also the current views on general Child Education. From the review of the 42 editions of “Young Brazil”, the purpose of this study was to analyze the different approaches presented in the journal’s articles regarding the assistance to 0-6-year-old children. This analysis will certainly allow understanding the origin of the prejudices that, still in these days, hinder the settlement of Child Education both as a segment of the educational system and as a relevant public policy that should be available to all Brazilian families.

**Key-words:** childhood; education; day-care center; preschool

### 1. A infância de zero a seis e o trabalho da FUNABEM

A literatura sobre as ações voltadas à infância e juventude é vasta. Diferentes autores sistematizam as ações do poder público orientadas para a infância – como o trabalho de Alvim e Valladares (1988) e Faleiros (1995) - priorizando as temáticas referentes ao abandono das crianças, ao crescimento da delinquência infanto-juvenil, a estruturação de órgãos para contê-la e à emergência do conceito “menor”.

No entanto, alguns pesquisadores analisam que o “Brasil Republicano deu continuidade à política de separar o enfoque assistencial relativo à saúde da maternidade e da infância daquele outro encarado como do âmbito judicial – atinente aos menores carentes e infratores” (CARNEIRO, 2000, p. 190).

Neste sentido, Deise Nunes esclarece que:

Historicamente, a visibilidade do atendimento às crianças na faixa de 0 a 6, constitui-se numa lógica diferente daquela organizada para os abandonados e delinquentes. Essa diferença baseia-se no fato de que este atendimento foi condicionado à manutenção da família enquanto unidade básica da reprodução social da classe trabalhadora. Se a visibilidade do padrão de intervenção na infância dos abandonados e delinquentes se organizou por uma prática de controle exercida diretamente sobre estes meninos, quer pela via da disciplinarização necessária ao trabalho quer pela via da criminalização, na faixa de 0 a 6 esse controle se manifesta por uma forma outra de disciplinamento, agora exercido diretamente sobre a família, concebida como unidade básica de reprodução social (NUNES, 2000, p. 97).

Em que pese essa diferenciação, é patente que, desde a segunda metade do século XIX, as crianças constituíram-se em objeto privilegiado da intervenção dos médicos. Adotando discurso baseado nos postulados higienistas, estes profissionais denunciavam os malefícios que a situação de pobreza trazia para este grupo, majoritariamente atingido pela mortalidade; “nunca deixando de apontar que, ao afetarem a criança, comprometiam o futuro da nação” (RIZZINI, 2002, p. 17). A própria Puericultura desenvolveu-se a partir de então.

A participação efetiva do Estado através de políticas para a infância e juventude, contudo, só ganhou impulso com a aprovação do Código de Menores, em 1927.

Londoño ao buscar a origem jurídica da palavra "menor" no Brasil, sustenta que até o início do século XIX, a mesma era tida "como sinônimo de criança, adolescente ou jovem, era usada para assinalar os limites etários, que impediam as pessoas de ter direito à emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis ou canônicas" (LONDOÑO, 1991, p. 129).

Demarca o autor que, após 1822, o termo passou a referir-se à "responsabilidade penal do indivíduo pelos seus atos" (LONDOÑO, 1991, p. 130), estando a pessoa a mercê do pátrio poder até os 21 anos, embora a idade de 7 a 9 anos - referência para o sistema penal - marcasse a entrada na vida adulta.

No que tange às crianças até seis anos de idade, este 1º Código de Menores, em seu artigo 2º, ressalta que “Infantes com menos de 2 anos de idade, criados fora das casas dos pais, bem como os menores nos ‘asylos dos expostos’ são ‘objecto de vigilância da autoridade pública, com o fim de lhes proteger a vida e a saúde” (RIZZINI, 2002, p. 29). Há, também, orientações para a pessoa “que quizer alugar-se como nutriz”, devendo obter “attestado da autoridade policial do seu domicílio” e submeter-se à inspeção e vigilância da Inspetoria de Hygiene Infantil.<sup>1</sup>

Neste contexto, Londoño salienta que é na transição para o século XX que os juristas brasileiros

descobrem o 'menor' nas crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores são chamados (...) de abandonadas. Eram, pois, menores abandonados, as crianças que povoaram as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que por

incorrer em delitos freqüentavam o xadrez e a cadeia, neste caso passando a ser chamados de menores criminosos.

(...) foi se definindo uma imagem do menor, que se caracterizava principalmente como criança pobre, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos seus pais, seus tutores o Estado e a sociedade (LONDOÑO, 1991, p. 134-135).

Em seguida, o menor, além de um perigo para o grupo social, constituiu-se a partir da vitimização, sendo valorizado como o "futuro", merecendo proteção e assistência (LONDOÑO, 1991, p. 138), investindo-se em medidas preventivas e de correção.

A pesquisadora Esther Arantes avalia que

Se estes foram os primeiros passos, outros logo se seguiram, numa sucessão de ações, planos, regulamentos, legislação, estabelecimentos, etc, culminando por adquirir – com a criação da FUNABEM e da Política Nacional de Bem-Estar do Menor na década de 60 [...] -, o ‘complexo tutelar’, ‘rede de proteção à infância’ ou ainda ‘aparato técnico-jurídico-policial’, plena visibilidade (ARANTES, 1993, p. 13).

A Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor – FUNABEM - foi criada em 1º de dezembro de 1964 pela Lei 4513, em substituição ao Serviço de Assistência a Menores<sup>2</sup> e baseava seu trabalho na assistência à família e na integração do menor à comunidade. Através do seu Conselho Nacional - composto por representantes de vários órgãos, dentre eles a Legião Brasileira de Assistência – LBA - e o Departamento Nacional da Criança - DNCr -, definiu a Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

À FNBEM – primeira denominação assumida pela Fundação -, entre outras competências, deveria:

- I - Realizar estudos, inquéritos e pesquisas [...], promovendo cursos, seminários e congressos, e procedendo ao levantamento nacional do problema do menor.
- II - Promover a articulação das atividades de entidades públicas e privadas;
- III - Propiciar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar necessário a seus objetivos; [...]
- VI - Fiscalizar o cumprimento da política de assistência ao menor, fixada por seu Conselho Nacional;
- VII - Mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação de toda a comunidade na solução do problema do menor; [...] (BRASIL, 1964, Art. 7º).

De acordo com Nunes, a questão da infância ganha visibilidade social a partir de abordagens que mistificam as formas de pensar e viver das classes mais pobres, remetendo-se "às condições de reprodução da família do trabalhador", constantemente associando à "fragilidade dos laços familiares e a promiscuidade da vida cotidiana à desorganização familiar." (NUNES, 2000, p. 69)

Não por acaso, Mário Altenfelder, primeiro presidente da FUNABEM, a pretexto de divulgar os métodos revolucionários a serem implementados pela Fundação e garantir o apoio da opinião pública, apresentando as bases da política nacional em vias de efetivação, foi categórico:

Nada se há de fazer bem feito se não zelarmos pela família.  
[...] A fundação promoverá e incentivará programas de fortalecimento da família, principalmente daquelas em processo de marginalização...

O fundamento da competência do Estado é o bem-comum. [...]

O Estado tem, portanto, obrigação de zelar pelos menores, de zelar pelas famílias, de zelar pelas comunidades. Não estará fazendo favor a ninguém. [...]

Porém não se deve esquecer que o Estado não é pai nem mãe de crianças. Ele é simplesmente — o Estado. [...] A responsabilidade de criar e educar é da família. [...]

Família que se torna centro de discórdia não é propriamente família. É sementeira de neuróticos.

Damos extraordinária importância à família e para que ela seja bem constituída, tem que haver preparação.

É indispensável criar-se a obrigação de preparar-se para casar. [...]

O problema no Brasil, como em toda parte, é devido à desorganização da família. [...]

O que precisamos é tomar medidas para que a deterioração familiar não se estabeleça. Ao lado das medidas que aumentam a produção e criam riqueza, é preciso fortalecer a família, espiritualizá-la poderosamente (ALTENFELDER, 1966, p. 7-12).

O ideário expresso por Altendorf, ao que tudo indica, não era apenas nacional, presentificando-se em outros países latino-americanos.

Em 1965, durante a Conferência de Santiago do Chile, realizada no período de 28 de novembro a 11 de dezembro, noventa delegados de vinte e quatro Estados nacionais reuniram-se para estudar as necessidades da infância e da juventude da região e traçar estratégias de ação para integrá-las ao projeto desenvolvimentista de cada país (FNBEM; UNICEF, 1968).

Tratando-se da família e de suas condições de vida, os debates explicitaram o desenvolvimento dos seguintes enfoques:

- As famílias apresentam múltiplas deficiências, sejam elas culturais, sociais ou econômicas, que impedem que a mesma esteja apta a participar e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do seu país.

- Apesar do reconhecimento da multiplicidade de formações familiares, as famílias "suburbanas", e, em especial das "populações marginalizadas" são estereotipadas: suas principais limitações são derivadas do "amontoamento e da promiscuidade. As taxas de ilegitimidade são elevadas e as influências do meio se manifestam de modo negativo na formação da criança." Concluindo-se que "[...] nas famílias urbanas, nas camadas inferiores [...] a proteção à criança é quase nula, de modo que esta necessita de toda a assistência que se lhe possa prestar" (FNBEM; UNICEF, 1968, p. 43).

- A transitoriedade das relações conjugais, a irresponsabilidade dos homens não cumpridores de sua função provedora e as dificuldades femininas para garantirem a manutenção dos filhos são apontados como fatores de desintegração familiar. Desintegração essa que afeta as crianças ao incorporarem essas dificuldades familiares, tornando-se inseguras e desprotegidas (sob os pontos de vista físico e mental).

Gozando de autonomia técnica, financeira e administrativa, como fator influenciador para o alcance do êxito planejado, a FNBEM não responsabilizar-se-ia somente pelos "menores necessitados, abandonados e infratores, mas seus programas [deveriam] avançar tanto quanto se evidencie necessário para prevenir e corrigir as causas

de desajustamento" (FNBEM; UNICEF, 1968, p. 117); sendo uma entidade de caráter normativo, que prestaria assistência técnica a outras instituições, consideradas despreparadas para o trato com o menor.

Coerente com sua função de dar organicidade às teorias sobre a temática do menor, a equipe técnica da FUNABEM sistematizou as características de sua clientela e do processo que a circundava, chegando a identificar 134 variáveis, considerando os aspectos sociais, pedagógicos, psicológicos, jurídicos e referentes à saúde.

Ainda que não se pretenda apresentar as características elencadas à exaustão, alguns pontos auxiliam na compreensão das ações postas em prática:

Sob o ponto de vista social [eram características dos menores]: desagregação familiar, incapacidade física e mental dos pais, rejeição, conduta divergente.

Quanto ao enfoque pedagógico, as características do processo refletem carência de ordem: escolar, de socialização, mental, sensorial (deficiências), emocional.

No aspecto saúde, o processo de marginalização evidencia-se sob a forma de: doenças mentais, doenças infecciosas, doenças verminóticas e carenciais [...] (FUNABEM, 1976, p. 17-18).

Após a identificação das variáveis, a Fundação ressaltou as situações de maior incidência nos 95.086 atendimentos feitos no seu Centro-piloto, situado no bairro de Quintino Bocaiúva, no Rio de Janeiro, entre 1964 e 1974:<sup>3</sup> filhos de pais subempregados, empregadas domésticas, filhos sem pai ou de pais separados, além dos filhos "cujos pais não [assumiam] seu papel" (FUNABEM, 1976a, p.18) representavam a situação de 95 a 80% dos jovens. Do total dos atendidos, 90% deles tinham linguagem pobre, eram desinteressados pelo estudo e não tinham habilidade no trato social. Soma-se a isso o fato de manifestações de agressividade, carência afetiva e "percepção distorcida da realidade imediata" (FUNABEM, 1976a, p. 19) caracterizarem entre 95 e 90% dos menores.

Após a elaboração de amplos estudos, a FUNABEM permitiu-se delinear quatro tipos de menor, destacando-se três deles<sup>4</sup>: o menor de "acesso" – entre 10 e 13 anos - e o menor do tipo "final" – entre 17 e 18 anos; sendo que o tipo que mais interessa para o estudo em tela é o primeiro tipo – o "pré-marginalizado":

[...] corresponde ao menor de 0 a 7/9 anos, que, em regra, se insere no seguinte quadro: filho de pais separados ou mãe empregada doméstica; afetivamente carente; vivendo em casa de familiares ou de estranhos porque abandonado pelos pais; inseguro; portador de verminose; desnutrido e anêmico; sem interesse pelo estudo; sem raciocínio lógico; linguagem pobre, e agressivo (FUNABEM, 1976a, p. 17).

Esse esquadramento das crianças e jovens, cujas características eram cotidianamente pesquisadas, foi alvo de muitas críticas:

Tal a força e abrangência deste modelo de 'proteção' no Brasil, que praticamente cobria todo o universo de crianças pobres, pois que a 'situação irregular do menor' [...] correspondia uma suposta família 'desestruturada' – por oposição ao modelo burguês de família tomado como norma -, à qual a criança

sempre escapava: seja porque não tinha família (abandonada); porque aquela não podia assumir funções de proteção (carente); porque não podia controlar os excessos da criança (de conduta anti-social); porque as ações e envolvimento da criança colocam em risco sua segurança ou de terceiros (menor infrator); seja porque a criança era dita portadora de algum desvio ou doença com a qual a família não podia ou sabia lidar (deficiente físico, doente mental); seja ainda porque necessitando contribuir para a renda familiar fazia da rua local de moradia e trabalho (meninos e meninas de rua); ou ainda porque sem um ofício e expulso/evadido da escola ou fugitivo do lar, caminhava ocioso pelas ruas à cata de um qualquer expediente (menor perambulante) (ARANTES, 1993, p. 13).

Na contramão de todas as contestações, referindo-se exaustivamente às ações preventivas e ao caráter educativo de suas atividades, em detrimento das medidas correccionais e repressivas<sup>5</sup>, a FUNABEM colocava com relevância a necessidade de descentralizar a execução dos programas, desenvolvendo ação integrada com os Estados e Municípios. Desta forma, a Fundação manteve Centro de Recepção e Triagem – CRT em 18 Unidades da Federação e em dez delas organizou Centros de Reeducação, além de, sob sua égide, terem sido estruturadas Fundação Estaduais para o Bem-Estar do Menor – FEBEMs -.

## 2. O papel da Revista *Brasil Jovem*

Ter a população como aliada era imprescindível para que a FUNABEM obtivesse êxito. Por isso, a instituição empenhou-se em manter publicações periódicas sobre suas atividades; além de, conforme já explicitado, ter sido estruturada para ser um pólo gerador de conhecimentos de referência em sua área de atuação.

Numa espécie de auto-retrato, apresentado à Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI - , instituída pela Câmara dos Deputados, em 1976, para investigar as ações focadas no atendimento aos menores, a Fundação pontuou a regularidade de suas publicações como um aspecto positivo.

Totalizando 42 títulos, o material publicado pela Fundação versava, entre outros temas, sobre "O problema do menor e o desenvolvimento nacional", "O fortalecimento da instituição familiar" e "O Plano de Prevenção da FUNABEM", com destaque para a revista *Brasil Jovem* (FUNABEM, 1976a, p. 3).

Também com 42 números editados, alternados em publicações trimestrais e quadrimestrais, a *Brasil Jovem* nasceu praticamente com a Fundação, em 1966, concretizando o esforço institucional de "sistematizar, a partir de fundamentos cientificamente estabelecidos, conhecimentos capazes de conduzir o tratamento do menor desassistido em termos adequados e viáveis" (FUNABEM, 1976a, p. 3).

Vogel avalia que a manutenção dessas publicações estava ligada, também, à necessidade de capacitação das Fundações Estaduais, "fornecendo-lhes, ao mesmo tempo, uma ideologia (documentos doutrinários e vocabulário técnico) e uma metodologia de atendimento" (VOGEL, 1995, p. 307); observando que

[...] O principal instrumento de divulgação do ideário da FUNABEM, entretanto, foi, sem dúvida, a **Revista Brasil Jovem** [grifo no original], que acolhia, além de textos representativos do pensamento norteador da PNBEM [Política Nacional

do Bem-Estar do Menor], matérias sobre a 'questão do menor' (dados estatísticos, eventos, datas comemorativas, assuntos correlatos), e ainda informativos sobre a atuação da FUNABEM e das FEBEMs (VOGEL, 1995, p. 307).

Demarcando o espaço exercido pela revista, o autor salienta que

O periódico cumpria, de resto, um papel legitimador com referência ao órgão, às suas concepções e políticas, na medida em que abria espaço para os pronunciamentos de Presidentes, Governadores, Ministros e Secretários de Estado, parlamentares, juristas e juízes, autoridades do campo acadêmico e técnicos, sem falar na opinião dos próprios leitores (VOGEL, 1995, p. 307-308).

Irma Rizzini ao mencionar a desarticulação existente entre os órgãos preocupados com os menores e as instituições voltadas para os cuidados com a infância e a maternidade, esclarece que

[...] Nos relatórios do SAM e do Juizado de Menores não há qualquer referência ao DNCr. O mesmo ocorre com a LBA: a única exceção refere-se ao fato do SAM, na década de 40, aceitar menores encaminhados pela LBA para internação, recurso utilizado em pequena escala, já que a instituição passou a dispor de sua própria rede de 'obras sociais'... [...] Com a criação da FUNABEM, a situação não se altera – os relatórios da LBA após 1964 não fazem referência ao órgão (RIZZINI, 1995, p. 291).

Desta forma, é compreensível o fato de serem encontradas apenas referências esparsas aos atendimentos a crianças com idade de 0 a 6 anos em levantamento feito em todas as edições da *Brasil Jovem*, destacando-se poucas matérias exclusivas sobre a educação dessa faixa etária. Contudo, a análise desses artigos, tendo como referencial teórico a obra de autores dedicados ao campo da educação infantil, traz para os pesquisadores da área educacional um rico material para a compreensão tanto do passado quanto das questões contemporâneas.

## 2.1. O que o material publicado sinaliza?

O primeiro artigo veiculado pela *Brasil Jovem* foi uma divulgação dos resultados do *I Encontro Interamericano de Proteção ao Pré-Escolar*, realizado no Estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro) em junho de 1968.

No evento, reuniram-se autoridades e estudiosos, totalizando 400 participantes de diferentes países, a fim de discutir temas ligados à fase pré-escolar – período entre 2 e 6 anos de idade - destacando-se: mortalidade infantil, planificação familiar, premência da adequação das políticas sociais, participação comunitária nos programas de atendimento ao pré-escolar e necessidade de implantação do novo Código de Menores brasileiro (vigente desde 1927).

“Família” foi um dos assuntos mais abordados durante o evento, concluindo-se que:

O bem estar do pré-escolar é de responsabilidade direta da família e indireta da comunidade e do Estado, em todos os níveis governamentais. É indispensável, para que a família se torne o suporte da criança, lhe sejam proporcionados recursos materiais e educacionais, que promovam, gradativamente, o seu ajustamento conduzindo-a a condições compatíveis com a sua função social (FNBEM, 1968, p. 14).

As condições ambientais precárias em que se encontra ainda grande parte da população dos países em desenvolvimento não permitem à família encontrar meios favoráveis ao seu fortalecimento, tais como, possibilidades justas de trabalho, habitação, educação, alimentação, saúde, etc., o que a incapacita para desempenhar a sua missão como núcleo fundamental da comunidade (FNBEM, 1968, p. 15).

Pelo exposto, as famílias pobres necessitavam de ajustamento para adquirirem condições de realizar a função social de bem educar as crianças. Aludindo-se à ineficiência da instituição familiar para o cumprimento do que lhe era esperado pela presença de fatores externos, de cunho “ambiental”, deixava-se de pôr em discussão o modelo social e econômico vigente nos países considerados, nessa época, subdesenvolvidos.

Na análise das políticas sociais, as profundas desigualdades de renda - característica dos países participantes do Encontro - foram evidenciadas ao sugerirem o desenvolvimento de programas de auxílio direto às famílias, com subsídios financeiros do Estado. A necessidade de criação de unidades de cuidados diurnos – creches e escolas maternas –, jardins de infância e centros de recreação, também foi um ponto acordado ao final do evento, mas tão somente quando “as condições da família o exigissem” (FNBEM, 1968, p. 15).

Críticas contundentes já eram feitas ao “paralelismo e as lacunas de planos isolados” no atendimento à primeira infância (FNBEM, 1968, p. 15), já que, a observar-se a realidade brasileira, vários órgãos públicos, de diferentes Ministérios (Educação, Saúde, Justiça...) responsabilizavam-se por ações para a infância.

Publicado em 1972, o artigo *Creche: algo mais do que babás* – transcrito do *Jornal do Brasil* – foi iniciado com a seguinte constatação: “As babás desapareceram, e das próprias mães, como educadoras, já não se tem muita notícia: elas parecem mais interessadas, atualmente, em disputar aos homens velhas áreas de afirmação masculina” (FUNABEM, 1972, p. 76); estabelecendo, a priori, uma culpabilização da mãe por sua ausência no lar e, conseqüentemente, no processo de educação dos filhos. Tal ausência - ocasionada pelo fato de a mulher estar emancipando-se e entrar no mercado produtivo – é o que tornaria necessária a transferência das responsabilidades maternas para parentes do sexo feminino (tias e avós) ou a procura por creches e outras instituições do gênero.

No entanto, não foram descartadas outras situações nas quais a creche seria útil, em virtude da impossibilidade da presença materna: “é muito bom para a criança ter sempre a mãe por perto, mas, o que fazer se a mãe morreu? O que fazer se trabalha ou se é doente? O que leva a pressupor que os casais sejam, via de regra, competentes e preparados?” (FUNABEM, 1972, p. 78).

A participação feminina no mercado produtivo, por sua vez, justificou-se ao longo da matéria através da aliança estabelecida entre “trabalho feminino e pobreza”: “O trabalho materno é, às vezes, a única maneira de se escapar ao círculo vicioso da pobreza, em que entram também distúrbios familiares, as falhas na educação, o atraso no desenvolvimento.” (FUNABEM, 1972, p. 78). Questões como “valorização profissional” e “igualdade de acesso entre os gêneros” sequer foram cogitadas para explicar a procura feminina por colocação no mercado de trabalho.

Idéias semelhantes foram difundidas através do artigo *Creches e pupileiras* – trabalho originalmente publicado na revista francesa *Courrier*, em 1959 -.

Partindo da valorização da família, afirmava-se que “é preciso ter sempre presente no espírito que toda criança, pelo menos até a idade de 3 anos, está melhor em seu lar do que numa creche, por melhor que ela seja” (FUNABEM, 1973, p. 63), distinguindo-se as instituições de atendimento infantil, a saber: creches, eram os “externatos para crianças de 0 a 3 anos”; pupileiras, “internatos para crianças de 0 a 3 anos” e escolas maternais e jardins de infância como “externato para crianças de 2 ½ a 3 anos até a idade da escolaridade obrigatória” (FUNABEM, 1973, p. 66).

Por fim, relacionando a creche como última alternativa a ser procurada, algumas alternativas eram sugeridas:

- a) Empréstimos a longo prazo mínimo, com juros mínimos para solucionar problemas familiares de moradia, complementação do orçamento familiar em situação de emergência, evitando o trabalho da mãe fora do lar, etc.
- b) O trabalho com meio expediente para as mães [...]
- c) Estímulo e proteção social ao artesanato feminino domiciliar [...]
- d) A colocação familiar, apesar das dificuldades, é, provavelmente, a melhor solução e o mais favorável à criança que não pode permanecer no próprio lar (FUNABEM, 1973, p. 66).

Diferentes pesquisadores oferecem subsídios para que tais idéias sejam analisadas.

De acordo com Maria Vittoria Civiletti (1991, p. 37; 38) a preocupação com as crianças, filhas das mulheres inseridas na esfera produtiva, remete-se ao final do século XIX, corroborando que a creche começou a ser pensada como uma instituição feita somente para as mulheres que precisavam trabalhar e não tinham condições de dedicar-se, em tempo integral, aos cuidados com a prole no ambiente doméstico.

A pesquisadora pontua que o ideal de mulher-mãe, totalmente disponível para responsabilizar-se pelos cuidados com o lar e com a família, era característico das classes mais favorecidas, numa época em que às mulheres “a sociedade fechava as possibilidades de estudo e trabalho” (CIVILETTI, 1991, p. 38). A atuação profissional extra-domiciliar da mulher passava a ser uma espécie de “atestado de pobreza”, pois “às mulheres das classes abastadas, destinava-se a maternidade. Às pobres, o trabalho”. (CIVILETTI, 1991, p. 38)

Kuhlmann Jr. (2001, p. 188) ressalta que o “significado implícito atribuído à mãe que procurasse a creche, e mesmo a pré-escola, seria a sua suposta incapacidade de cumprir com o dever natural, biológico, da maternidade. A mãe seria culpada por trabalhar e a instituição seria um paliativo para remediar a vida da criança”.

Desta forma, as observações de Nunes (2000, p. 97) são bastante pertinentes: a autora analisa que, com um atendimento atrelado à participação feminina na esfera produtiva, “as crianças de 0 a 6, por serem menores e naturalmente mais dependentes, se tornam visíveis através, sobretudo, de suas mães”. Através das creches, as crianças que começam a ser alvo das intervenções governamentais são aquelas “que, apesar de pobres, não eram vadias, nem abandonadas e, podiam ser consideradas na perspectiva de futuridade da nação” (NUNES, 2002, p. 98).

Kuhlmann Jr. traz novas contribuições sobre a discussão do perfil inicial que foi suscitado para a creche e seus usuários ao situar, também na segunda metade do século XIX, os investimentos feitos em educação popular.

O autor ressalta que as iniciativas voltadas para a educação popular vieram a compor “um conjunto muito mais amplo do que o sistema escolar [ainda bastante

incipiente à época], envolvendo as creches e pré-escolas, as escolas profissionalizantes, a educação de jovens e adultos e o ensino primário” (KUHLMANN JR., 2001, p. 181).

Enfatizando o caráter recente das instituições de educação infantil, Moysés Kuhlmann Jr. (2001, p. 182) analisa que a perspectiva de trabalho era o “atendimento exclusivo aos pobres”, examinando que a educação assistencialista que essas instituições se propunham a desenvolver tinha como uma das suas principais características a baixa qualidade: “previa-se uma educação que preparasse as crianças pobres para o futuro *que com maior probabilidade lhes esteja destinado* [grifado no original]” (KUHLMANN JR., 2001, p. 183).

A idéia subjacente às práticas iniciais desenvolvidas nas creches era a de que se precisava instrumentalizar as crianças, desde a mais tenra idade, para a aceitação de um futuro que era tido como certo: a reprodução da situação de pobreza de suas famílias, através da assunção de sua inferioridade e incapacidade. Desta forma, “a creche educaria não apenas as mães, mas também as crianças, formando-as desde o berço, para se adaptarem à sociedade, satisfeitas com o seu destino” (KUHLMANN JR., 2001, p. 189).

Segundo avaliação de Fúlvia Rosemberg (1984, p. 75) foi a vinculação das políticas de creche aos programas de promoção social (uma das vertentes assumidas pela assistência) e ao trabalho materno, que determinou a mistificação da creche enquanto instituição: encarada sempre como substituta da mãe que trabalhava fora, a creche amargou o não reconhecimento social e a desvalorização do pessoal que nela atua, além de consolidar uma “má fama”, pois a freqüência ao seu espaço não é uma experiência vivida por todas as crianças. Por tudo isso, “a creche aparece sempre como um mal menor e não como um local específico tendo um valor próprio” (ROSEMBERG, 1984, p. 74).

Como exemplo dessa “má fama”, no artigo *Creche, uma solução contestada* são elencadas dificuldades que a inserção nessas instituições poderia trazer às crianças: “o retardamento no desenvolvimento social dessas crianças é inevitável” (FUNABEM, 1973a, p. 80) e a

“falta de estimulação, da qual a pobreza de vocabulário é um exemplo claro, vai, mais tarde, repercutir diretamente no comportamento escolar de uma criança cujos primeiros anos foram passados numa creche. O rendimento que essa criança consegue na escola é quase sempre bem baixo e a dificuldade de atenção é uma constante. A escrita e a leitura não interessam de forma geral e é sempre difícil para esses escolares obedecerem à disciplina” (FUNABEM, 1973a, p. 79).

No artigo, há exemplos de iniciativas pontuais postas em prática no início dos anos 70, na tentativa de desmistificar a utilização das creches, como a criação dos Centros Infantil, na cidade de São Paulo:

“As creches são chamadas agora pela Prefeitura de “centros infantis” numa tentativa de vencer o estigma provocado por aquele nome [creche]. A implantação desses novos centros infantis [...] procurará [...] ‘dar condições às mulheres pobres da cidade de trabalharem, deixando seus filhos em locais adequados, onde possam receber assistência digna e capaz de prepará-los para uma infância e adolescência **normais** [grifado no original]. [...] Segundo a coordenadora dos centros infantis, a creche hoje não é mais vista como um lugar onde se deixava o filho para poder trabalhar: - agora existe o centro infantil, onde as crianças recebem um tratamento adequado” (FUNABEM, 1973a, p. 80).

O que os citados artigos patenteiam é que, paradoxalmente, havia uma contraposição do atendimento em creche *versus* atendimento na família, ora evidenciando as vantagens de uma instituição, ora de outra no processo de educação das crianças. Algumas análises geraram polêmica ao enfatizar que, não eram raros os casos nos quais as crianças estariam melhor fora do âmbito doméstico, como no seguinte trecho:

“Uma pedagoga [...] considera também que as crianças alojadas nos centros infantis municipais [de São Paulo] estão em melhor situação do que em casa, sob todos os aspectos: recebem estímulo, alimentação e tratamento tecnicamente corretos e o contato afetivo – ponto básico de todo o sistema – vem sendo satisfatório” (FUNABEM, 1973a, p. 80).

A idéia da suposta incapacidade das famílias foi vinculada, principalmente, como uma forma de criticar as famílias menos favorecidas, já que o padrão de comportamento valorizado advinha dos grupos mais aquinhoados.

Atualmente, o que os estudos nos campos da Psicologia e da Educação sinalizam é que a existência das instituições de educação infantil não colocam em xeque a importância da família. Ambas – família e creche - têm contribuições importantes no processo de educação– contribuições estas que, longe de serem excludentes, se complementam.

Maria Clotilde Rosseti-Ferreira e Ana Paula Soares Silva pontuam que em “[...] geral, as pesquisas demonstram que é possível um desenvolvimento sadio em contextos diversos do familiar, mesmo para crianças em seus primeiros anos de vida, desde que assegurado um atendimento de qualidade” (1998, p. 175). Qualidade esta que se concretiza, entre outras vias, pelo trabalho conjunto realizado entre essas duas instituições.

As autoras concluem que

O maior número de mulheres que têm crianças pequenas e trabalham fora de casa é resultante tanto da necessidade de contribuir para o sustento econômico da família, como do desejo de realização pessoal e profissional. O próprio pensar da mulher acerca de si e de sua atuação na sociedade a levou a questionar seu papel dentro e fora da família, repercutindo na maneira de cuidar dos filhos. [...]

Esses fatores contribuem para a busca de novas formas e lugares para o desenvolvimento do convívio social das crianças. Hoje, em todas as classes sociais, a preocupação dos pais quanto a uma vida saudável para os filhos inclui a procura por instituições que compartilhem com eles o cuidado e a educação da criança (SILVA; FERREIRA, 1998, p. 173-174).

Já o artigo intitulado *Educação Pré-Escolar: um dos problemas ainda enfrentados no Brasil* aborda a atuação do Centro Brasileiro de Educação Pré-Escolar (CBEPE) – instituição dedicada ao estudo da temática, ministrando cursos e palestras em território nacional -, difundindo algumas idéias diferenciadas daquelas que, até então, circulavam na *Brasil Jovem*.

De antemão, o professor Alfredo Fernandes, presidente da instituição, salienta a importância da vinculação do atendimento ao pré-escolar às Universidades. Para ele, o amadorismo - característico da maioria dos estabelecimentos pré-escolares particulares - causava prejuízos ao “bom desenvolvimento psicomotor da criança”. Assim, “a educação pré-escolar deveria ser um tema tratado única e exclusivamente a nível universitário, com a formação de docentes para atuarem no setor [...]” (FUNABEM, 1978, p. 55).

No que tange ao financiamento da área, Fernandes era categórico: “a maior luta é no sentido de conscientizar [...] as autoridades competentes da área, para que se crie uma legislação específica a fim de propiciar a criação de um Fundo Especial para financiar a educação do pré-escolar” (FUNABEM, 1978, p. 55).

Após mais de duas décadas, essas sugestões começaram a ser concretizar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vigente desde 1996, contemplou a formação dos profissionais atuantes na Educação Básica – da qual a Educação Infantil é a 1ª etapa – em nível superior “em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996, Art. 62).

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, em substituição ao FUNDEF<sup>6</sup> (que restringia-se à alocação de verbas para o Ensino Fundamental, logo, destinado à educação de crianças a partir dos 7 anos de idade) ocorreu em 1º de janeiro de 2007, por determinação de Medida Provisória; tendo sido regulamentado pela Lei Nº 11.494, de 20 de junho do mesmo ano. Através do FUNDEB, a educação infantil também passou a ter um fundo específico de financiamento, podendo, inclusive, haver complementação financeira por parte do governo federal, nos casos previstos em lei.

Em que pese a originalidade das idéias supracitadas, o discurso de Fernandes não deixava também de trazer as marcas do seu tempo. Assim, em relação à função social da educação na primeira infância, considerava que muitos recursos eram gastos “na recuperação de alunos que não freqüentaram pré-escola e, [...] não tiveram oportunidades, condições e materiais para a estruturação de sua inteligência motriz, para a formação de bons hábitos e de sadia personalidade” (FUNABEM, 1978, p. 57). Conseqüentemente, em sua avaliação, “não [havia], por parte da [...] geração adulta e dos próprios dirigentes educacionais e planejadores sócio-econômicos, a preocupação com a formação de recursos humanos para o país no ano 2000” (FUNABEM, 1978, p. 57).

Sonia Krammer, desde o final dos anos 80 do século findo, têm criticado os posicionamentos que ajudaram a consolidar uma visão da educação para crianças de 0 a 6 anos como uma forma de redenção infantil, com o potencial de enriquecer as vivências das crianças; vivências estas consideradas “pobres” por grande parte dos educadores.

Segundo a autora,

[...] as pesquisas que tinham como tema a educação pré-escolar estavam centradas nos estudos do pensamento da criança e da influência da linguagem no rendimento escolar. [Entre os fatores determinantes] para a expansão da educação pré-escolar refere-se ao desempenho escolar insuficiente das crianças chamadas “privadas” tanto educacional quanto culturalmente. Essas crianças [...] teriam sofrido grandes desvantagens em termos da falta de estimulação no seu ambiente familiar e da pobreza de linguagem de seus pais – principalmente de sua mãe. Ao chegar à escola elementar (sic), essas crianças fracassariam por não terem vivido diversas experiências, anteriores à escolarização, fundamentais para o êxito no desempenho escolar (KRAMER, 1987, p. 29).

Assim, “a pré-escola funcionaria como mola propulsora da ‘mudança social’ e conduziria à “democratização das oportunidades educacionais”; o que para a pesquisadora era, tão somente, “[...] uma maneira de esconder os reais problemas da sociedade e de evitar a discussão dos aspectos políticos e econômicos mais complexos” (KRAMER, 1987, p. 30).

Outro exemplo significativo das questões supra analisadas, pode ser encontrado no artigo *Um Plano incrível de Educação Infantil: 'afeto' às crianças*, no qual a questão da pré-escola é focalizada a partir da busca de alternativas para baixar os índices de repetência na 1ª série primária (equivalente ao segundo ano de escolaridade obrigatória atual).

Divulgando o PLANEDI – Plano de Educação Infantil -, experiência bem-sucedida implementada pela Prefeitura de São Paulo, informa-se que são atendidas crianças de 4 a 7 anos de idade, em “unidades pré-escolares funcionando no recinto das escolas [municipais]” (FUNABEM, 1975, p. 73). Ao avaliar que “o PLANEDI é uma solução pobre de um município pobre, de um estado pobre, de um país pobre, diante das grandes necessidades de sua população”, “uma solução de emergência, barata e eficiente” (FUNABEM, 1975, p. 73), o Secretário Municipal de Educação Hilário Torloni também se referenciou nas carências infantis – deficiências nutricionais, renda familiar baixa, migração contínua, maus hábitos alimentares e outros problemas sociais – para caracterizar o trabalho com as crianças desta faixa etária.

Por fim, o artigo “*Como cuidar da criança na idade pré-escolar*”, de autoria da médica Mariana de Brito Franco tem um conteúdo mais específico: são destacados temas referentes à Saúde, como a mortalidade infantil e as doenças crônicas, tidas como “prejuízo” social, afirmando a importância da alimentação adequada para o desenvolvimento infantil (FUNABEM, 1977, p. 55).

Citando Maria Montessori, Mariana Franco aborda as peculiaridades infantis, pois “a criança não é, e não pode ser considerada uma miniatura de adulto”, sendo “um ser em evolução” (FUNABEM, 1977, p.55).

### 3. Considerações finais

A leitura das edições da revista *Brasil Jovem* confirma a subalternidade que a temática “educação da infância de 0 a 6 anos” tinha nos anos 60 e 70 do século XX: são exíguos os artigos – apesar de bastante ricos – que tratam unicamente do tema.

Em termos de conteúdo, como já analisado, há a ratificação da importância da família como pilar de sustentação da educação das crianças, sendo recorrente a idéia de que esta “é desintegrada entre as camadas mais humildes” (FUNABEM, 1970, p. 58). Salienta-se, de forma contundente, que as crianças devem ser educadas num ambiente familiar “normal”, sendo que os critérios de normalidade estão vinculados a uma forma de pensar e agir característico dos grupos mais favorecidos socialmente.

Fica evidente, também, que uma das motivações para a preocupação com os “pré-escolares” enquadrava-se no atendimento feito ao grupo dos pré-marginalizados, coadunando-se com a vertente preventiva enfatizada pela FUNABEM. Era premente, então, agir para evitar, desde os anos iniciais de vida, que a criança chegasse ao ponto de transformar-se num *menor*.

A utilização dos termos “pré-escolar” e “pré-marginalizado” confirmam, assim, a idéia de que pessoas de tão pouca idade somente teriam valor pelo que representam para o futuro: crianças de 0 a 6 anos ainda *não são* (nem *escolares* nem estão *marginalizadas*), estando ainda em fase *preparatória*.

No que se refere à existência de instituições que auxiliem a família na educação das crianças, os debates não são concludentes, reiterando-se, no entanto, a idéia da utilização da creche apenas quando não há outra opção. A pré-escola é considerada com menos reservas, já que atende a crianças com idade mais próxima à inserção nas séries iniciais do

ensino obrigatório. Por isso, vez por outra, sua importância é destacada, como fortalecedora para que a criança chegue em melhores condições nas séries iniciais do Ensino Fundamental e obtenha sucesso.

No plano político, o período ditatorial – vivido entre 1964 e 1985 - é passado.<sup>7</sup> O ideário que permitiu a institucionalização da FUNABEM não é mais hegemônico e as políticas para a infância e a juventude estão alicerçadas em outras bases, entendendo-se que a criança e o adolescente necessitam de um tratamento diferente àquele que é dado às pessoas adultas, por estarem *em desenvolvimento* - sem que isso se converta numa releitura do “vir a ser” pelo qual estes só tinham valor por representarem gerações que “seriam o futuro da nação”. Pelo contrário, atualmente, há, no plano formal, o reconhecimento de que são cidadãos hoje e merecem atendimento diferenciado, condizente com o tempo de vida em curso.

No que se refere aos direitos da criança à educação, a Educação Infantil, desde 1996, é o segmento dedicado aos bebês e crianças até 6 anos de idade; devendo, concretizar-se prioritariamente, através de políticas municipais, respeitando-se a opção da família em sua procura. Logo, não é etapa obrigatória de escolarização, devendo, no entanto, enquanto política pública, existir efetivamente, com instituições capazes de garantir o desenvolvimento das atividades de educação e cuidado com a qualidade que todo ser humano é credor.

## Notas

<sup>1</sup> Instituída em 1924, através do Decreto 16300, como parte do Departamento Nacional de Saúde Pública. (RIZZINI, 2002, p. 26).

<sup>2</sup> O SAM foi instituído através do Decreto-Lei 3799, de 5 de novembro de 1941.

<sup>3</sup> Considerando-se os atendimentos realizados nos estados, a FUNABEM totalizou 157. 201 atendimentos (FUNABEM, 1976a, p. 59).

<sup>4</sup> A publicação da FUNABEM não nomeia o que seria o quarto "tipo de menor" (FUNABEM, 1976a, p. 17-18).

<sup>5</sup> "De um lado [a FUNABEM] extingue a repressão policial e o isolamento correcional da categoria de métodos de tratamento do menor desassistido. De outro, desaprova o assistencialismo paternalista, que vê, no recolhimento do menor a um regime de internato, a única opção para o problema, como se este terminasse com a retirada do menor da rua" (FUNABEM, 1976a, p. 30).

<sup>6</sup> FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

<sup>7</sup> Embora Francisco Oliveira (2000, p. 251) sustente que "a ditadura foi derrubada pelas forças de oposição no Brasil, pelo crescimento dos movimentos sociais, sindicais, intelectuais e populares, isso que chamamos, de certa forma, de sociedade civil", alguns estudiosos do período alertam para as "permanências" dos governos militares no período democrático, oriundas das negociações engendradas para que a ditadura fosse interrompida. Para ilustrar, Florestan Fernandes (1986, p. 7-8) analisa que "a 'nova república', nascida de uma costela da ditadura, não tem nada a ver com a República Democrática que está sendo construída como uma resposta dos oprimidos aos nossos problemas históricos", definindo a transição democrática como "último e surpreendente refúgio da ditadura".

### Referências Bibliográficas

ALTENFELDER, Mário. FUNABEM. A nova política do bem-estar do menor. Rio de Janeiro, 1966. 16 p.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa; VALLADARES, Lícia do Prado. Infância e Sociedade no Brasil: Uma análise de literatura. *Boletim Informativo Bibliográfico de Ciências Sociais - BIB*, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 26, p. 3-37, 2º semestre-1988.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Prefácio. In: RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993. 190 p., p. 11-14.

BRASIL. Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 08 dez. 1996. p. 27833.

BRASIL. Lei Nº 4513, de 1º de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 04 dez. 1964.

CARNEIRO, Glauco. *Um compromisso com a esperança: História da Sociedade Brasileira de Pediatria – 1910-2000*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000, 560 p.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal.. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 76, p. 31-40, fevereiro-1991.

FALEIROS, Vicente de Paula Faleiros. *História das políticas para a infância e adolescência no Brasil*. In: MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL; CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA, CONTINUADA A DISTÂNCIA – CEAD-UNB. Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. Brasília: 1995. 82 p.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986. 96 p. (Coleção Brasil: Os anos de autoritarismo)

FNBEM - FUNDAÇÃO NACIONAL PARA O BEM-ESTAR DO MENOR; UNICEF. *Infância e Juventude no Desenvolvimento Nacional na América Latina*. Informe da Conferência de Santiago do Chile (1965). Setor de Relações Públicas da FNBEM, GB. 1968. 121 p.

FNBEM - FUNDAÇÃO NACIONAL PARA O BEM-ESTAR DO MENOR. *Pré-Escolar teve Encontro no Rio*. Revista Brasil Jovem. Rio de Janeiro, ano II, n. 8, p. 11-16, dezembro-1968.

\_\_\_\_\_. Revista Brasil Jovem. Rio de Janeiro, ano IV, n. 13, março-1970.

FUNABEM - FUNDAÇÃO NACIONAL PARA O BEM-ESTAR DO MENOR. *Como cuidar da criança na idade pré-escolar*. Revista Brasil Jovem. Rio de Janeiro, ano XI, n. 38, p. 54-56, 2º quadrimestre-1977.

\_\_\_\_\_. *Creche: algo mais do que babás*. Revista Brasil Jovem. Rio de Janeiro, ano VI, n. 21, p. 76-79, 1º trimestre-1972.

\_\_\_\_\_. *Creches e Pupileiras*. Revista Brasil Jovem. Rio de Janeiro, ano VII, n. 25, p. 64-71, 1º quadrimestre-1973.

\_\_\_\_\_. *Creche, uma solução contestada*. Revista Brasil Jovem. Rio de Janeiro, ano VII, n. 25, p. 76-81, 1º quadrimestre-1973a.

\_\_\_\_\_. *Educação Pré-escolar: um dos problemas ainda enfrentados no Brasil*. Revista Brasil Jovem. Rio de Janeiro, ano XIII, n. 41, p. 54-58, 2º quadrimestre-1978.

\_\_\_\_\_. *Um Plano incrível de educação infantil: “afeto às crianças”*. Revista Brasil Jovem. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 34, p. 72-75, 1º quadrimestre-1976.

FUNABEM - FUNDAÇÃO NACIONAL PARA O BEM-ESTAR DO MENOR. *O Menor-problema social no Brasil e a ação da FUNABEM*. Rio de Janeiro : Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, 1976. 142p.

KRAMER, Sonia. *A Política Pré-Escolar no Brasil - A arte do disfarce*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Dois Pontos, 1987. 131 p.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2001. 209 p.

LONDOÑO, Fernando Torres. *A origem do conceito Menor*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. 176 p., p.129-145.

NUNES, Deise Gonçalves. *Da Roda à Creche – Proteção e reconhecimento social da infância de 0 a 6*. 2000. 318 p. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2000.

OLIVEIRA, Francisco. Entrevista. In: ROUSSIAUD, Jean; SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável: as memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000. 288 p.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde e SILVA, Ana Paula Soares da. *Novos ares para a Educação Infantil*. In: ROSSETI-FERREIRA, M. Clotilde et al (Orgs.). *Os fazeres na Educação Infantil*. São Paulo: Cortez, 1998. 195 p., p. 179-182.

RIZZINI, Irene . *A criança e a lei no Brasil: revisitando a História (1822-2000)*. 2. ed. Rio de Janeiro : USU Ed. Universitária, 2002. 141 p.

RIZZINI, Irma. *Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da Assistência Pública até a Era Vargas*. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. (Org.) *A arte de*

*governar crianças*: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. 384 p., p. 243-298.

ROSEMBERG, Fúlvia. *O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil*: o caso da creche. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 51, novembro-1984. p. 73-79.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto – Propostas e vicissitudes da Política de Atendimento à Infância e Adolescência no Brasil contemporâneo . In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. (Org.) *A arte de governar crianças*: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. 384 p., p. 299-346.

Artigo recebido em 04/4/2008

Aprovado para publicação em: 16/06/2008